

Sumário

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1. INTRODUÇÃO AO SISTEMA CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO BRASILEIRO	21
1.1. Sistema constitucional tributário	21
1.2. Tributos discriminados na Constituição e tributos não discriminados na Constituição	25
CAPÍTULO 2. A REGRA-MATRIZ CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIA COMO LIMITAÇÃO AO PODER DE TRIBUTAR.....	29
2.1. Os critérios da regra-matriz tributária	29
2.1.1. Critério material	31
2.1.1.1. Fatos simples e fatos complexos	33
2.1.2. Critério pessoal	34
2.1.3. Critério temporal	34
2.1.4. Critério espacial	38
2.1.4.1. Territorialidade da lei tributária	39
2.1.5. Critério quantitativo.....	40
2.1.5.1. Base de cálculo	40
2.1.5.2. Alíquota	41
2.2. Estrutura estática da norma tributária	42
2.2.1. Estrutura estática da norma e o sujeito passivo	42
CAPÍTULO 3. SUJEIÇÃO PASSIVA TRIBUTÁRIA	45
3.1. Sujeição passiva tributária para os precursores do Direito Tributário.....	47
3.1.1. A sujeição passiva tributária na ciência das finanças	47
3.2. A sujeição passiva tributária para os primeiros tributaristas.....	51
3.2.1. Albert Hensel e o devedor tributário	51

3.2.2.	Alfredo Augusto Becker e a distinção entre contribuintes, responsáveis e substitutos	57
3.2.3.	Rubens Gomes de Sousa e a separação entre sujeição passiva direta e sujeição passiva indireta.....	67
3.2.4.	Amílcar de Araújo Falcão e a teoria dualista da obrigação, distinguindo débito e responsabilidade pelo débito.....	71
3.3.	A sujeição passiva na doutrina estrangeira	72
3.4.	A sujeição passiva tributária é um tema constitucional ou infraconstitucional? Uma divergência dogmática	75
3.4.1.	Aprofundamento na divergência.....	76
3.5.	A sujeição passiva tributária na jurisprudência do STF após a CF/1988	83
3.5.1.	A inconstitucionalidade da ampliação da definição de <i>folha de salário</i> por lei ordinária	85
3.5.2.	A constitucionalidade da substituição tributária por fato futuro.....	86
3.5.3.	A constitucionalidade da retenção de 11% da Contribuição Previdenciária.....	87
3.6.	Nossos pressupostos	88
3.7.	Consequências para a sujeição passiva	91
3.8.	A sujeição passiva na reforma tributária sobre o consumo (EC n. 132/2023) ...	91
3.8.1.	A sujeição passiva na regulamentação da reforma tributária sobre o consumo (EC n. 132/2023).....	92
CAPÍTULO 4. AS MODALIDADES DE SUJEIÇÃO PASSIVA TRIBUTÁRIA.....		95
4.1.	A sujeição passiva no Anteprojeto do CTN.....	95
4.2.	A sujeição passiva no Projeto do CTN.....	97
4.3.	A sujeição passiva no Código Tributário Nacional.....	98
4.4.	A sujeição passiva na doutrina	102
4.5.	Objecção à solidariedade como subespécie de responsabilidade	106
4.6.	Objecção à transferência como item da sujeição passiva indireta	107
4.7.	Objecção à vinculação entre o responsável e o critério material da hipótese de incidência	107
4.8.	Objecção à classificação do substituto na sujeição passiva direta	108
4.9.	Síntese da doutrina tradicional	111
4.10.	Nossa classificação da sujeição passiva tributária	113
4.11.	Implicações práticas da classificação dos sujeitos passivos	114
CAPÍTULO 5. CONTRIBUINTES.....		117
5.1.	Sujeitos passivos constitucionais	117
5.2.	Sujeitos passivos legais	122

5.3.	Como o legislador pode escolher o sujeito passivo legal	123
5.3.1.	A aproximação jurídica.....	123
5.3.2.	A ausência de sujeito passivo constitucional	124
5.3.3.	A capacidade contributiva	124
5.3.4.	As presunções e ficções jurídicas	125
5.4.	A utilidade da separação proposta	127
5.5.	Exemplos da classificação proposta	128
5.5.1.	IPTU	128
5.5.2.	Imposto de Importação.....	129
5.5.3.	IPI	130
5.5.4.	ICMS.....	132
5.5.5.	IBS e CBS	137
5.5.6.	Imposto Seletivo	139
5.6.	Conclusões a respeito dos contribuintes	140
CAPÍTULO 6.	SUBSTITUTOS TRIBUTÁRIOS	141
6.1.	O que diz a doutrina.....	142
6.2.	A tributação na fonte.....	146
6.2.1.	A tributação na fonte: nossa posição	148
6.2.2.	O que define a natureza jurídica tributária	152
6.2.2.1.	A objetividade da obrigação tributária	154
6.2.2.2.	Novamente a estrutura da norma	155
6.3.	Substituto tributário clássico: instituto de Direito Administrativo.....	155
6.4.	Substituição tributária por fato futuro.....	156
6.5.	O diferimento	158
6.6.	Substitutos e responsáveis (doutrina tradicional) nas taxas e contribuição de melhoria	160
6.7.	O que pode ter de especial na sujeição passiva dos tributos vinculados	161
6.8.	Existe sujeição passiva indireta?	162
6.9.	Conclusões a respeito dos substitutos	163
CAPÍTULO 7.	A RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA	165
7.1.	A responsabilidade na doutrina tributária	166
7.2.	A responsabilidade tributária no CTN e em outros diplomas legais	169
7.2.1.	A responsabilidade tributária no Imposto de Importação	170
7.3.	Nossa posição.....	172
7.4.	A teoria dualista da obrigação e considerações processuais.....	173

7.5.	Sujeição passiva direta e indireta.....	177
7.6.	Uma responsabilidade de terceiros estipulada pelo legislador ordinário: a responsabilidade solidária, por contribuição social, na construção civil.....	178
7.7.	A normatização administrativa da responsabilidade: o Decreto n. 3.048/1999 e a Instrução Normativa n. 2.110/2022.....	184
7.8.	A responsabilidade por sucessão.....	188
7.9.	Responsabilidade por infrações.....	192
7.10.	Do crime de apropriação indébita.....	194
7.11.	Responsabilidade tributária quanto ao IBS, à CBS e ao IS.....	197
CAPÍTULO 8. A RESPONSABILIDADE DO ART. 134 DO CTN		201
8.1.	Dúvidas sobre a responsabilidade de terceiros	201
8.2.	A responsabilidade pela impossibilidade de exigência do contribuinte	204
8.3.	A responsabilidade pela impossibilidade de exigência do contribuinte no Projeto de CTN.....	208
8.4.	A responsabilidade do art. 134 no CTN	209
8.5.	Qual a natureza da responsabilidade do art. 134?	210
8.5.1.	A responsabilidade como substituição	211
8.5.2.	A responsabilidade como garantia (impossibilidade econômica)	214
8.5.3.	A responsabilidade como representação.....	216
8.5.3.1.	A responsabilidade como representação e a exclusão das multas punitivas.....	220
8.5.4.	A responsabilidade como sanção.....	221
8.5.5.	Duplo requisito: impossibilidade econômica e sanção jurídica	223
8.5.5.1.	Efeito da impossibilidade econômica: a subsidiariedade....	226
8.6.	Síntese da responsabilidade contida no art. 134.....	227
CAPÍTULO 9. A RESPONSABILIDADE DO ART. 135 DO CTN		229
9.1.	A responsabilidade do art. 135 no <i>Anteprojeto e Projeto de CTN</i>	231
9.2.	Interpretando o art. 135 do CTN sistematicamente	233
9.3.	Síntese de nossa interpretação do art. 135.....	239
CAPÍTULO 10. DEVERES SOCIAIS, ATOS ILÍCITOS E FRAUDES.....		241
10.1.	Os administradores de empresa na responsabilidade por sucessão	244
10.2.	Os administradores na responsabilidade de terceiros e por infrações	245
10.2.1.	A interpretação da lei referida no artigo 135 como lei comercial para administradores.....	246
10.2.2.	Os sócios de sociedades comerciais e as pessoas listadas nos artigos 134 e 135 do CTN.....	246

10.2.3. A ausência de sócios de sociedades comerciais e administradores de empresa no art. 134.....	249
10.3. Pessoas físicas e pessoas jurídicas	250
10.4. Liberdade e vícios de forma.....	252
10.5. Deveres solidários por excessos e violações ao contrato ou à lei na legislação civil e comercial	253
10.6. Da dissolução regular de sociedade	257
10.6.1. A responsabilidade tributária pela dissolução irregular da pessoa jurídica.....	259
10.7. Práticas evasivas	262
10.7.1. Sonegação	262
10.7.2. Vícios dos negócios jurídicos	264
10.7.2.1. Simulação.....	264
10.7.2.2. Fraude à lei fiscal.....	266
CAPÍTULO 11. A RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA DE SÓCIOS E ADMINISTRADORES NA JURISPRUDÊNCIA.....	271
11.1. Aparente dissonância entre a legislação comercial e a legislação tributária	272
11.1.1. A Súmula n. 112 do TFR.....	273
11.2. Adequação evidente da Súmula n. 430 do STJ à legislação tributária e comercial	273
11.2.1. Adequação da Súmula n. 430 do STJ com a jurisprudência do STF.....	275
11.3. Ausência de adequação evidente da Súmula n. 435 do STJ à legislação tributária	277
11.4. Definição da extensão da responsabilidade tributária de sócios e sócios-gerentes antes da edição do CTN.....	278
11.4.1. Responsabilidade sobre as quotas não integralizadas	279
11.5. Decisões do STF sobre a responsabilidade tributária de sócios e sócios-gerentes antes da promulgação da CF/1988.....	281
11.5.1. Não aplicação do art. 134 do CTN na dissolução irregular de sociedade por quotas de responsabilidade limitada	281
11.5.2. Não aplicação do art. 135 do CTN na dissolução irregular de sociedade por quotas de responsabilidade limitada a sócio não administrador ...	283
11.5.3. Aplicação do art. 135 do CTN em caso de sonegação de tributo.....	285
11.5.4. Exemplo de louvável decisão do extinto TFR.....	286
11.6. A responsabilização do devedor contumaz	287
11.6.1. Aprofundando no REsp n. 1.101.728-SP	291

11.7. Diferentes efeitos entre os tipos de responsabilidade tributária.....	294
11.8. A responsabilidade tributária na jurisprudência do STF.....	300
11.8.1. A inconstitucionalidade do art. 13 da Lei n. 8.620/1993.....	300
11.9. Alguns efeitos identificáveis a partir do RE 562.276-PR e do RE 608.426-PR	302
11.9.1. A inconstitucionalidade do art. 8º do Decreto-Lei n. 1.736/1979.....	303
11.9.2. Reflexos da súmula n. 435 do STJ no RE n. 562.276-PR.....	304
11.9.3. A inconstitucionalidade da inclusão geral da responsabilidade tributária em feitos ajuizados pelo INSS.....	306
11.10. Aplicação da súmula n. 435 do STJ às execuções fiscais não tributárias.....	306
11.11. Prazos prescricionais para o redirecionamento da execução fiscal pela dissolução irregular	307
11.12. Impossibilidade de responsabilização de gerente que se afastou regularmente antes da dissolução irregular	309
11.13. Responsabilidade do administrador no momento da dissolução irregular.....	310
11.14. Reconhecimento do Poder Judiciário como fonte do Direito Tributário	317
11.15. Responsabilidade do Estado pelo excesso de responsabilização tributária...	321
CAPÍTULO 12. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA DE GRUPO ECONÔMICO	323
12.1. Grupo econômico de direito na legislação societária	324
12.2. Grupo econômico formado por interesse comum	325
12.3. Grupo econômico na legislação de custeio da Seguridade Social.....	327
12.3.1. Grupo econômico em cobranças previdenciárias para o CARF – Súmula administrativa 210.....	333
12.4. Jurisprudência: grupo econômico com pessoa física e fraude.....	335
12.4.1. Ausência de regra tributária específica sobre grupo econômico.....	336
12.4.2. Grupo econômico entre pessoas físicas e jurídicas.....	337
12.4.3. Caracterização de dissimulação e fraude	338
12.5. Caracterização de grupo econômico de fato no STF.....	339
12.6. Síntese de nossa posição sobre a caracterização de grupo econômico	339
CAPÍTULO 13. DESDOBRAMENTOS DAS DECISÕES SOBRE RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA DE TERCEIROS NO STF	341
13.1. As regras-matrizes de responsabilidade tributária	341
13.1.1. Critérios da regra-matriz de responsabilidade tributária do art. 134 do CTN.....	342
13.1.2. Critérios da regra-matriz de responsabilidade tributária do art. 135 do CTN.....	343

13.1.3. Critérios da regra-matriz de responsabilidade tributária fundada na Súmula 435 do STJ	344
13.2. A responsabilidade tributária decorre do descumprimento de “deveres de colaboração”?	344
13.2.1. O Recurso Extraordinário n. 562.276/PR.....	345
13.2.2. Fundamento utilizado para o “dever de colaboração”.....	346
13.2.3. Fundamento doutrinário nacional para o “dever de cooperação”.....	347
13.2.4. Objeções à consideração de que os responsáveis tributários o são por descumprimento de “deveres de colaboração”	348
13.2.4.1. O fundamento doutrinário não se sustenta ante o art. 135 do CTN.....	348
13.2.4.2. O fundamento doutrinário não se sustenta diante da responsabilidade por sucessão	349
13.2.4.3. Existe um comando geral que veicula “dever de colaboração” com o Fisco, mas que não se refere à responsabilidade tributária	350
13.3. O princípio do devido processo legal aplicado à responsabilização tributária ...	352
13.4. Prazos de decadência e prescrição na responsabilização	354
13.5. Necessidade de defesa prévia para a responsabilização tributária.....	356
CAPÍTULO 14. ASPECTOS PROCESSUAIS REFERENTES À IMPUTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE	357
14.1. Síntese dos tipos de responsabilização de terceiros e seus pressupostos.....	357
14.2. O procedimento de responsabilização tributária de terceiros	358
14.2.1. O procedimento administrativo federal – PARR.....	362
14.3. Execução fiscal.....	363
14.4. Embargos à execução.....	364
14.4.1. Sobre os honorários advocatícios nos embargos à execução fiscal....	366
14.5. Exceção de pré-executividade	368
14.5.1. Sobre os honorários advocatícios em exceção de pré-executividade...	371
14.6. Redirecionamento de execução fiscal contra sócio que conste na CDA.....	376
14.7. Redirecionamento de execução fiscal contra sócio que não conste na CDA.....	377
14.8. A inatividade empresarial notificada ao Fisco	379
14.9. O Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica.....	379
14.9.1. A responsabilidade tributária decorre da desconsideração da personalidade jurídica?	384
14.9.2. Oposições à aplicação do IDPJ em execuções fiscais	387

14.9.3. A discussão em Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas	391
14.9.4. As decisões do STJ a respeito.....	393
14.10. Ação anulatória de débito fiscal, ação declaratória de inexistência de relação jurídica tributária e mandado de segurança	397
À GUIA DE CONCLUSÃO	399
BIBLIOGRAFIA	401